



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016
(Do Sr. Sibá Machado)

Solicita sejam convocados os senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para prestarem esclarecimentos acerca da ampliação de gastos após a alteração no PLN nº 01, de 2016, que aumentou o déficit primário para este exercício.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação dos Senhores **Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para prestarem esclarecimentos acerca da ampliação de gastos após a alteração no PLN nº 01, de 2016, que aumentou o déficit primário para este exercício.**

JUSTIFICATIVA

O Governo interino, do Vice-Presidente Michel Temer, anunciou, por intermédio de sua área econômica, a alteração da meta fiscal que foi encaminhada e aprovada pelo Congresso Nacional, prevendo um *déficit* das contas públicas da ordem de R\$ 170,5 bilhões - montante este, superior R\$ 73,8 bilhões em relação ao encaminhado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff que previa um déficit de R\$ 96,7 bilhões.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Não foi apresentado, a nosso ver, um detalhamento que justificasse a ampliação do déficit desta monta, principalmente considerando que o déficit primário do Tesouro Nacional acumulado até abril de 2016 foi da ordem de R\$ 8,4 bilhões.

Ademais na semana passada, ou seja, após a aprovação da nova meta, o Governo interino anunciou a renegociação da dívida dos estados com impacto estimado em R\$ 20 bilhões para este exercício. Adicionalmente, editou Medida Provisória que obriga a União a dar um auxílio financeiro da ordem de R\$ 2,9 bilhões para o Estado do Rio de Janeiro para a segurança das olimpíadas e paraolimpíadas.

Trata-se de alterações significativas que necessitam ser avaliadas no contexto da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Nesse sentido, propomos aos nossos pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2016.

Deputado SIBÁ MACHADO - PT/AC